



INTER  
FACES  
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

ISSN ELETRÔNICO 2316-3828

DOI 10.17564/2316-3828.2015v4n1p77-86

## PARTE 2 - ARTIGOS DE DEMANDA

---

# PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE (1849 – 1874)

---

Lays Regina B. M. M. dos Santos<sup>1</sup>

Mauricéia Ananias<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho apresenta discussões acerca da escolarização da população pobre na Província da Parahyba do Norte entre os anos de 1849 a 1874, como parte do processo de institucionalização da instrução pública primária. O recorte temporal proposto leva em consideração os dois regulamentos da instrução pública, promulgados em 15 e 20 de Janeiro de 1849, que, além de contribuírem para normatização e organização da instrução, criaram o cargo de diretor geral da instrução pública, que dentre tantas atribuições, tinha como meta inspecionar a instrução em toda a Província. E 1874, por ser o último ano de funcionamento do Colégio de Educandos Artífices como espaço de escolarização destinado à população pobre e que teve por objetivo prestar assistência à infância desvalida. As fontes utilizadas para construção da narrativa foram os relatórios dos presidentes da Pro-

víncia, os regulamentos e os Documentos Diversos sobre a instrução pública primária, os jornais que circularam na Província durante o período estudado, bem como a bibliografia disponível referente à história e história da educação da Paraíba. A partir das análises feitas sobre o perfil etnicorracial e econômico da população paraibana e as condições que se encontrava a instrução primária na Província, inferimos que parte da população pobre, também, teve acesso à instrução primária como instrumento de civilização.

## PALAVRAS-CHAVE

Província da Parahyba do Norte. Escolarização da População Pobre. Instrução Primária.

## ABSTRACT

This paper presents discussions about the schooling of poor population in the Province of North Parahyba between the years 1849 to 1874 as part of the process of institutionalization of public primary instruction. The proposed timeframe takes into account both public statement regulations, promulgated on January 15th and 20th, 1849, which in addition to contribute to standardization and organization of education, created the post of general director of public instruction, which among many attributions, goal was to inspect the statement throughout the Province. And 1874, for being the last year of operation of the “Learner’s School craftsmen” as a space of schooling for the poor population and which aimed to assist the helpless infancy. The sources used to construct the narrative were the reports of presidents of the Province,

the regulations and the various documents about the primary public education, newspapers that circulated in the province during the period studied, as well as the bibliography available on the history and history of education of Paraíba. From the analyses about black people and economic profile of the population of Paraíba and the conditions that were the primary public education in the Province, we infer that part of poor population also had access to basic education as an instrument of civilization.

## KEYWORDS

Schooling of the Poor Population. Primary Instruction. Province of North Parahyba.

## RESUMEN

Este trabajo presenta discusiones acerca de la escolarización de la población pobre en la Provincia de Parahyba do Norte entre los años de 1849 a 1874 como parte del proceso de institucionalización de la instrucción pública primaria. El recorte temporal propuesto lleva en consideración los dos reglamentos de la instrucción pública, promulgados el 15 y 20 de Enero de 1849, que, además de contribuir para normatización y organización de la instrucción, crearon el puesto de director general de la instrucción pública, que entre tantas atribuciones, tenía como meta inspeccionar la instrucción en toda la Provincia. En 1874, por ser el último año de funcionamiento del Colegio de Educandos Artífices como espacio de escolarización destinado a la población pobre y que tuvo por objetivo prestar asistencia a la infancia desvalida. Las fuentes utilizadas para construcción de la narrativa fueron los relatos

de los presidentes de la Provincia, los reglamentos y los Documentos Diversos sobre la instrucción pública primaria, los diarios que circularon en la Provincia durante el período estudiado, tal como la bibliografía disponible referente a la historia e historia de la educación de Paraíba. A partir de los análisis hechos sobre el perfil étnicorracial y económico de la población paraibana y las condiciones que se encontraba la instrucción primaria en la Provincia, inferimos que parte de la población pobre también tuvo acceso a la instrucción primaria como instrumento de civilización.

## PALABRAS CLAVE

Provincia de Parahyba do Norte. Escolarización de la Población Pobre. Instrucción Primaria.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo do período imperial nos motiva a adentrar em um momento de efervescência no que tange às discussões acerca da instrução, sua institucionalização e as tentativas de uniformização a partir de um modelo educativo exportado da Europa que se difundia baseado, principalmente, nas ideias de defesa de civilização e de desenvolvimento social. O século XIX, de acordo com Barros (2012, p. 168), “[...] é atualmente, entendido como um momento crucial para os rumos da educação nacional. Um período de debates e realizações que, no exame a *posteriori*, ajudam a compreender questões relacionadas à educação brasileira”.

Seguindo a orientação teórico-metodológica da história social, que tem por finalidade se debruçar ante os diversos aspectos da sociedade, enfocando não apenas as tradicionais dimensões, econômica e política, mas, também, as socioculturais; em um momento histórico singular, sentimos a necessidade de deslocar “[...] as lentes da história” (FARIA FILHO; VIDAL, 2005, p. 1) da educação brasileira para escrever a história da educação paraibana, a partir do movimento da “[...] história vista de baixo” (FARIA FILHO, 2010, p. 24). Que, embora se apresente como atracente, é marcada por grandes dificuldades de acesso às fontes, representando, assim, ao mesmo tempo, desafios e fascínios para os historiadores.

Motivada pelas ideias do historiador social Edward P. Thompson a chamada história vista de baixo configura-se como sendo uma história tanto produzida pelos de baixo, quanto analisada sob a perspectiva do movimento de baixo para cima. Ou, podemos concordar com o que afirma Costa (2012, p. 17):

[...] posicionamento teórico no qual é possível conduzir a abordagem de fontes oficiais, como a legislação e a documentação administrativa do Estado ou entidades privadas, procurando nelas os indícios da história contada pelos sujeitos que estes mesmos documentos visam conter.

A partir da discussão acerca da necessidade de instrução presente nos debates, pretendemos investigar como se deu a escolarização da população pobre na Província, analisando, em especial, os espaços como aulas, cadeiras ou escolas de primeiras letras e as instituições educativas mantidas pelo governo provincial ou por particulares, sem, contudo, desconsiderar a possibilidade de aprendizagem em outros ambientes para além do institucional. Como afirmam Faria Filho e Vidal (2005, p. 45):

[...] não apenas aqueles, ou aquelas, que freqüentavam uma escola tinham acesso às primeiras letras. Pelo contrário, têm-se indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, do ensino e da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede estatal.

Segundo Veiga (2008), para os estudos do século XIX, pode-se acrescentar a escola pública como um dos espaços da presença das crianças pobres e, particularmente, de produção da identificação do aluno pobre. Tal denominação pode ser detectada em diferentes documentos.

Para este texto, apresentamos uma proposta de pesquisa que se atentará para a instrução destinada à população pobre, fosse ela livre ou liberta, justificando-a, em especial, a partir da constatação da existência de poucos trabalhos que fazem referências à inserção desses sujeitos no processo de escolarização primária.

Os anos de 1849 e 1874 escolhidos como recorte temporal para a escrita deste trabalho leva em consideração os dois regulamentos da instrução pública, promulgados em 15 e 20 de Janeiro de 1849, que além de contribuírem para normatização e organização da instrução, criaram o cargo de diretor geral da instrução pública, que, dentre tantas atribuições, tinham como meta inspecionar a instrução em toda a Província. E 1874, por ser o último ano de funcionamento

do Colégio de Educandos Artífices como espaço de escolarização destinado à parte da população pobre e que teve por objetivo prestar assistência à infância desvalida, oferecendo uma instrução de primeiras letras ao mesmo tempo em que anunciava capacitar mão de obra para o mundo do trabalho.

Utilizamos como fontes de pesquisa os documentos históricos oficiais, como os relatórios de presidentes da Província, os relatórios do diretor geral da instrução, as leis e regulamentos e os Documentos Diversos da instrução pública, estes últimos documentos administrativos acerca da instrução depositados no Arquivo Público do estado da Paraíba que foram catalogados e transcritos pelo Grupo de História da Educação do Nordeste Oitocentista (GHENO); usamos, também, os jornais que circularam a época, além da bibliografia produzida acerca da história e história da educação na Paraíba.

Para melhor entendimento do leitor, dividimos este texto, para além da introdução, em três partes: no primeiro momento tratamos da organização social da Província da Parahyba do Norte no período estudado. Em seguida, discutimos o ideal de instrução pensado e defendido pelos intelectuais e gestores da época, e, por fim, apresentamos as considerações finais.

## 2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE

A Província da Parahyba do Norte, não diferente do que vivia todo o Império brasileiro, no início do “Breve Século XIX”<sup>2</sup>, tentava organizar-se em seus diversos ramos do serviço público, em especial, a partir da criação de leis que viessem “[...] colocar ordem [...] nas esferas públicas para o bom andamento da sociedade” (PARAHYBA...,1863, p. 8). As disputas políticas

2. Aqui utilizamos a expressão usada por Saviani (2006) que propõe uma divisão a ser considerada nos estudos da História da Educação Brasileira, ao denominar o “Breve Século XIX” como o período que vai de 1827 a 1890.

nesse período foram marcadas por dois grupos – os conservadores e liberais –, que, a partir da defesa de seus ideais, buscavam organizar os serviços públicos.

De acordo com Ananias (2012, p. 38):

A caracterização desses grupos em liberais e conservadores e a disputa entre eles pelo controle e direção dos rumos políticos marcaram a história do Império, em especial os anos após a independência até as duas primeiras décadas da segunda metade do século dezanove. A unidade nacional, a propriedade, a escravidão e a ordem social foram defendidas por esses dois grupos para essa consolidação.

Os estudos sobre a Província mostram que a disputa entre liberais e conservadores esteve presente durante o Império e repercutiu, sobretudo, nos ideais de instrução pensados para o período:

No caso da Província da Parahyba do Norte podemos destacar que os homens vinculados ao partido liberal ocuparam os principais cargos de direção do estado ao longo do século XIX e que o partido conservador manteve-se na oposição até as últimas décadas desse período, quando seus representantes conseguiram ocupar a presidência da Província. Na leitura da documentação, principalmente nos jornais, percebeu-se que as propostas acerca da instrução pública veiculadas pelo partido liberal foram alvo de críticas por parte de seus opositores e que a pauta de sugestões para melhorias da instrução na Província foi constante nas páginas dos jornais assumidamente ligados ao partido conservador. (ANANIAS; CURY, 2013, p. 116).

Considerando essas informações como válidas, percebemos que as divergências de ideais fizeram parte da disputa pelo poder conformando as tentativas de organização da instrução numa sociedade escravocrata que tentava se afirmar como Nação.

A análise da transição da mão de obra escrava para a trabalhadora livre, como afirma Lima (2008), ajudamos a pensar a produção da sociedade e as especificidades do que acontecia nas bandas do Norte do país, a partir da concentração de terras e as dificuldades

de convivência com a seca e as epidemias, problemas sempre presentes nas narrativas históricas analisadas.

Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil passou por uma grave crise social, gerada por problemas na produção e pela transição da mão-de-obra escrava para mão-de-obra livre. Essa transição teve início em 1850, com a proibição do tráfico negreiro através da assinatura da Lei Euzébio de Queiroz. No Norte<sup>3</sup> do país a situação era agravada pela crise no setor agro-exportador e pelas periódicas secas. A grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários era mais um dos agravantes desta crise social do Norte. (LIMA, 2008, p. 31).

Em 1861, o presidente da Província, Luiz Antonio de Silva Nunes, em seu relatório, fez menção ao censo realizado em 1852 sobre a população escravizada na Parahyba do Norte, que já vinha sofrendo uma queda, como podemos observar:

Segundo o último censo, que teve lugar em 1852, onde a população da Província por 212,000 almas, das que 28,000 escravos. Tendo porém sido dizimada em 1856 pela cholera a população escrava, que, ainda por outras causas de todos conhecidas, tende a decrescer, creio que não será muito errado o calculo, que a limitar hoje a 20,000 almas, se tanto chegar. (PARAHYBA DO NORTE..., 1861, p. 10).

Percebemos o decréscimo da população escravizada dando lugar a uma mão de obra livre e pobre, pois, mesmo passando por frequentes crises no mercado de açúcar e problemas na infraestrutura, de acordo com Rocha (2009), a economia continuava a se expandir, por exemplo, com a criação de novos engenhos, em todas as regiões da Província.

Certamente, além da ampliação das áreas em que se produzia o açúcar, os indivíduos livres pobres devem ter sido fundamentais para o desenvolvimento dessas atividades agrícolas e de funções não-agrícolas da província, visto que eles, ao longo do Oitocentos, passaram a compor a maior parte da população, enquanto o número de escravos diminuía a cada década rumo ao fim da escravidão. (ROCHA, 2009, p. 113)

3. O Brasil do século XIX era dividido em apenas duas regiões – Norte e Sul, portanto, a denominação do Nordeste foi uma construção regional posterior.

Da mesma forma:

Tinha-se, de um lado, a diminuição do número de escravizados e, de outro, aumentava a população livre. Esse crescimento, ao menos na década de 1840, era tão visível que um presidente da província, quando da elaboração de relatórios, comentou sobre a necessidade de “reorganizar” o quadro da população da província, ou seja, atualizar os dados, pois ele afirmou nunca ter visto outra com número tão expressivo de pessoas livres como na Paraíba. (ROCHA, 2009, p. 117, grifos da autora).

O Presidente da Província, Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos, demonstrou dados semelhantes em 1846:

[...] vi muito amiudadas as habitações, residências de uma família mais ou menos numerosa e anfião-vo também que não tenho encontrado em outra Província, das porque tenho descorrido, nem mais frequentes as casas e famílias, nem mesmo superior população livre. (PARAHYBA DO NORTE..., 1846, p. 6).

Em 1872, a população da Parahyba do Norte era composta de 376.226 habitantes e mostrava a redução de pessoas escravizadas para 21.526, representando somente 5,7% da população em geral. A população livre, de 354.700 habitantes, compunha 94,3% (ROCHA, 2009, p. 116).

Para Lima (2010), considerando a população livre em geral, as pessoas livres negras, superavam as livres brancas, sendo a primeira formada por 200.412 habitantes, somando 56,50%, e a segunda, 154.288 habitantes.

Para a elite política e de mando, a constatação de que a sociedade paraibana era negra pode ter sido uma surpresa em 1872, pois a elite dirigente temia a “classe baixa” desfavorecida e desconfiava dela, que era composta de homens livres e pobres, fossem brancos ou negros, que não se sujeitavam ao trabalho como eles estabeleciam e por isso eram considerados vadios, desordeiros, perigosos, sendo, pois, necessário o braço forte do Estado para mantê-los no mundo do trabalho e distantes dos movimentos contestatários. (LIMA, 2010, p. 236).

A partir da análise desses estudos, foi possível visualizar um perfil da população. De um lado, a po-

pulação escravizada que decrescia; de outro, uma população livre pobre, que substituía a mão de obra escrava na Província, preocupando, assim, as autoridades da época, que consideravam o grupo perigoso e necessitado de controle.

### 3 A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE

Ao pesquisar sobre instrução pública na Província da Parahyba do Norte, apreendemos o ideal de instrução pensado e defendido pelos intelectuais e gestores da época. A documentação disponível, em especial, os discursos dos presidentes da Província, demonstraram-nos a instrução como um “[...] alimento intelectual” e necessário para o aprimoramento do homem,

Ninguém há, senhores, que duvide mais da necessidade da instrução e da educação do povo, porque todos reconhecem naquella o alimento intellectual do homem, e nesta o aperfeiçoamento de suas faculdades moraes. (PARAHYBA DO NORTE..., 1867, p. 17).

A ideia de instrução era defendida ainda, como um bem necessário e profícuo à sociedade, como observamos na fala do presidente de Província, Francisco d’Araujo Lima, em 1863:

[...] O cultivo da intelligencia pela difusão de uteis conhecimentos facilitados á todas as classes na proporção de suas necessidades, sendo o meio mais seguro de obtermos esse resultado, é ao mesmo tempo um desideratum digno do vosso empenho, como legisladores e obreiros da prosperidade da provincia. (PARAHYBA DO NORTE..., 1863, p. 17).

Era, também, a falta de instrução considerada causa de crimes segundo o presidente da Província, Americo Brasiliense de Almeida e Mello, ao afirmar em seu relatório de 1867:

Entendo, Senhores, que entre nós Brasileiros são causas principaes dos crimes a ignorancia, levada ao anal-

fabetismo, a – ociosidade –, o patronato –, oriundo do espirito de partido, que desgraçadamente tem invadido todas as classes [...]. Sem a instrução pois que nos distingue e ilumina o espirito pelo conhecimento de nossos direitos e de nossos deveres; sem a educação que nos enriquece de pensamentos uteis e sentimentos elevados, formando-nos o bom character; sem o habito do trabalho, que é o sentinela da virtude, o contra-veneno do vicio, e o instrumento da felicidade, radicando o desejo de paz pelo amor da propriedade; sem a verdadeira sciencia dos preceitos da nossa santa religião, que simples e edificante constitue a filosofia natural do povo, certo que nunca atingiremos ao grão de segurança individual e de propriedade de que tanto ainda carecemos. (PARAHYBA DO NORTE..., 1867, p. 8).

Em respeito à escolarização da população pobre o diretor geral da instrução, em 1865, lamentou a falta de instrução dessa população, que, segundo ele:

[...] é de lastimar que os nossos homens da classe mais baixa pouco ou nada se impressionem do interesse que os Poderes da Provincia hão tomado no melhoramento intellectual de seus filhos.

Se passarmos, porém, dos grandes povoados para o campo, é ainda em maior escalla o numero dessas innocentes e infelizes creaturas, victimas da negligencia e rusticidade de seus pais. Procurando previnir somente as necessidades do corpo, como unicas verdadeiras e reaes, elles olhão para a cultura do espirito como quimera, entretenimento dos ricos, e passatempo da occiosidade. Ignorantes! que não comprehendem que o homem, ainda de mediana instrução, provê, com vantagem superior ao nescio, as precisões e occurencias da vida! (PARAHYBA DO NORTE..., 1865, p. 6).

A análise dessa citação poderia levar a um possível entendimento de que a população pobre não tinha acesso à instrução pública, pois, “os pais das crianças eram negligentes” ao não seguirem as medidas adotadas pela Província para suprir a necessidade de instrução da sua população.

Todavia, não estamos convencidos da veracidade do discurso do diretor geral da instrução, quando se referiu à instrução da população pobre. Afinal, quais eram as medidas adotadas pela Província para oferecer instrução aos pobres? Talvez houvesse uma necessidade que estava para além de simplesmente apre-

sentar o estado da instrução na Província. Mas, sim, de encontrar argumentos que justificassem a falta de instrução para uma parcela da população, demonstrada nos números de aulas/cadeiras de primeiras letras e alunos matriculados e frequentes.

Ao pesquisar no conjunto dos Documentos Diversos da instrução pública, encontramos na fala do Comissário da instrução, na cidade de Areia, a presença de crianças pobres na aula da professora de primeiras letras Maria do Rosário Brazilleira Mello. Ao sair em defesa da professora, acusada de “falta de moralidade”, o Comissário Antonio José Gonçalves Lima, escreveu para o diretor geral da instrução:

A aula da Professora é frequentada por vinte e tantas meninas, sendo o maior nº filhas de pessoas pobres mas no meio delas também se encontram filhas de pessoas consideradas, e não me consta que tenham algum pai de família retirado suas filhas para evitarem que sejam testemunhas de imoralidades praticadas na dita aula. (PARAHYBA DO NORTE..., 1866, paginação irregular).

Outro conjunto documental que corrobora com o argumento central da nossa proposta de pesquisa são os jornais que circularam na Província no período aqui estudado. Como afirma Souza (2013, p.13),

Diferente da documentação oficial [os jornais], não foi produzido pelo poder provincial, pelo menos não diretamente. Sabemos, de antemão, que a imprensa foi utilizada em alguns casos como órgão oficial para divulgação de atos, decretos e leis governamentais. No entanto, cabe destacar que o discurso jornalístico oitocentista também serviu como meio de comunicação, senão popular, mas direcionado para uma parcela mais ampla da sociedade, na condição de leitores e assinantes dos jornais ou de forma indireta pelas conversas nas rodas que se formavam nas barbearias, feiras ou outros lugares de sociabilidade.

No Jornal *Correio Notticioso* de 1872, em uma carta direcionada ao diretor geral da instrução pública, com teor de denúncia, encontra-se outra referência de alunos pobres frequentando uma aula de instrução pública primária na cidade de Mamanguape.

[...] Só gozam dos cuidados do tal Professor publico os meninos d'aquelles que ele adula, sendo que os meninos de pessoas pobres entrão e sahem d'aula sem que mereção ser ensinados por ele! [...] Pedimos ao Illm. Sr. Dr. Director da Instrucção publica providencia a respeito. Por que a continuarmos assim não sabemos por quanto \_\_\_\_\_<sup>4</sup> devemos cooperar para pagar os tributos ao Thezouro, sendo que a Província nem ao menos dá para os pobres uma aula para se instruir os filhos; porque ao cuidado do Professor só estão n'aula alguns meninos de pessoas que nem ao menos querem que os seus filhos se \_\_\_\_\_ com os míseros filhos de um pobre pae. (CORREIO NOTTICIOSO, 1872, paginação irregular).

Na carta, o remetente identificado como “Um interessado” denunciou a falta de cuidado do professor daquela aula pública com os alunos pobres da região e cobrou da diretoria da instrução pública, uma providência para melhorar a situação da aula e dos alunos que a frequentavam.

Em outra carta, no jornal *O Publicador*, percebe-se uma situação semelhante em relação ao tratamento de alguns professores aos alunos mais pobres. Nesse caso, a carta foi escrita por um professor que tentava se justificar de outra matéria escrita no *Jornal da Parahyba* sobre uma denúncia feita sobre seu comportamento para com um aluno pobre, negro e filho de uma escravizada.

O professor, da aula pública localizada no bairro-alto da Capital, que havia sido acusado de castigar o filho da escrava mais que aos outros alunos, se defendeu da denúncia feita ao seu respeito<sup>5</sup>:

[...] Cumpre-me também declarar ao Sr. anunciante cujo nome mui bem fez em ocultar que faltou a verdade quando disse haver a escrava mãe da pobre criancinha rigorosamente castigada, desautorizando-me em a própria aula pelo excessivo castigo de seu filho, ella nenhuma cousa mais fez do que perguntar-me, se o filho também estava complicado na desordem, cujo inquérito eu acabava de proceder e eu lhe respondi que – sim -; porém o contrario disso é forçoso confes-

4. Devido a ação do tempo, não foi possível compreender algumas palavras que compuseram o texto do jornal. Para avisar ao leitor, utilizamos os traços como indicativos dessas ausências.

5. Infelizmente não foi possível encontrar o exemplar do Jornal da Parahyba que, provavelmente, relatava a denúncia feita ao professor.

sar que é manifesta calúnia; porque ( não me refiro a escravos) se alguém tivesse o arrojo de desautorizar-me em o desempenho do meu mistério, eu teria força e energia necessária, para na forma da lei, desafrontar a minha dignidade aviltada e mostrar aos que à tanto levão o seu pensamento, que um professor tem superiores a quem devem recorrer os que delle se julgaram ofendidos, em matéria de seu officio [...]. (JORNAL O PUBLICADOR, 1868, paginação irregular).

A historiografia indica que, para além das aulas públicas de primeiras letras, a população pobre da Província teve acesso à escolarização pela entrada e permanência no Colégio de Educandos e Artífices. Instituição de caráter profissionalizante e ensino de primeiras letras, destinada à guarda e proteção da infância desvalida.

De acordo com Lima (2008), em algumas províncias do Império, foram criadas desde a década de 1840, escolas voltadas para o ensino e guarda de meninos pobres semelhantes ao existente na Paraíba. O Colégio de Educandos Artífices teve sua criação autorizada em 1859. Mas, a inauguração e funcionamento do Colégio, aconteceu somente em 1865, seis anos depois.

Durante os nove anos de funcionamento do Colégio de Educandos Artífices foram admitidos 251 alunos (LIMA, 2008, p. 58). No entanto, não estamos convencidas de que somente essa Instituição foi o caminho para a entrada da população pobre às escolas da época, conforme retomaremos a seguir como possíveis, e provisórias, conclusões do nosso texto.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência das aulas públicas dos discursos de defesa de inserção da população pobre e o funcionamento do Colégio de Educandos Artífices, durante os anos de 1865 a 1874, nos mostrou indícios que, mesmo considerando todas as dificuldades enfrentadas, parte da população pobre (e negra) teve acesso ao universo das letras no período imperial.

Os jornais e os demais documentos nos permitiram, a partir de uma revisão, em contradição ao que nos informou a historiografia tradicional, reapresentar uma população que foi considerada, por anos, como alijada de participar de um importante momento de institucionalização da instrução primária no Brasil. A própria defesa da instrução, pelos homens da época, como um meio por excelência de acesso à civilização e aos modos modernos de convivência corroboram a principal tese que acreditamos ter sido apresentada neste artigo.

## REFERÊNCIAS

ANANIAS, M.; CURY, C. E. A Escola pública de instrução primária brasileira. Província da Parahyba do Norte: 1822-1849. **Revista HISTEDBR** [on-line], v.13, 2013. p.115-127.

ANANIAS, M. A organização da instrução pública primária: província da Parahyba do Norte (1849 – 1864). In: **Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. São Luís, MA, 2010.

BARROS, S. A. P. de. História da Educação da população negra no Brasil: estado da arte (1989-2010). In: PINHEIRO, A. C. F.; CURY, C. E. (Org.) **Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2012. p.161-174.

COSTA, A. L. J. da. **O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2012.

CURY, C. E. Desafios da pesquisa com cultura escolar na documentação da Parahyba Oitocentista. In: VIDAL, D. G.; SCHWARTZ, C. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

FARIA FILHO, L. M. de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: **Educação, modernidade e**



**civilização:** fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. FARIA FILHO, L. M. de. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, L. M. Fazer História da Educação com E.P. Thompson. In: FARIA Filho, L. M. (Org.). **Pensadores sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: 2008. p.247-164.

LIMA, M. da V. B. **Liberdade interdita, liberdade reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). 2010. Tese (Doutorado) – UFPE, 2010.

LIMA, G. M. de. **O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874):** a infância desvalida da Parahyba do Norte. 2008. Dissertação (Mestrado) – PPGH/UFPB. 2008.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléia Provincial Legislativa da Província da Parahyba do Norte no dia 1 de agosto de 1861 pelo presidente, dr. Francisco d’Araujo Lima.** Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1861. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 28 set. 2014.

PARAHYBA DO NORTE. **Documentos diversos sobre a instrução.** Paraíba: Arquivo do Estado da Paraíba Waldemarr Bispo Duarte, João Pessoa.

1866. Esses documentos foram digitalizados e serão publicados em um e-book pela SBHE.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1º vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Brito,** em 3 de agosto de 1866. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1866. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 28 set. 2014.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório com que o Exm. Sr. Presidente, Dr. Americo Brasiliense de Almeida e Mello, passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao Exm. Sr. Barão de Marau, 2º Vice-presidente,** em 22 de Abril de 1867. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 28 set. 2014.

ROCHA, S. P. da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Unesp, 2009.

VEIGA, C. G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção Imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.39, 2008. p.502-516.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. **As lentes da história:** estudos e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

---

Recebido em: 19 de março de 2015  
Avaliado em: 26 de maio de 2015  
Aceito em: 24 de agosto de 2015

---

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha História da Educação, com pesquisa financiada pela Capes. E-mail: [lays.regin@gmail.com](mailto:lays.regin@gmail.com)  
2. Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [mauriceia.ananias@gmail.com](mailto:mauriceia.ananias@gmail.com)